



EDUARDO TALAMINI

DIREITO PROCESSUAL CONCRETIZADO

Área específica:
Direito Processual

Áreas afins:
Arbitragem. Direito Administrativo.
Direito Constitucional

382 páginas
ISBN 978-85-7700-390-7
Formato: 14,5x21,5 cm

Eduardo Talamini

Livre-docente, Doutor e Mestre em direito processual (USP). Professor de processo civil e arbitragem (UFPR). Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Processo Civil do Instituto Bacellar (Curitiba/PR). Vice-Presidente da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Paraná (CAIEP). Advogado em Curitiba, São Paulo e Brasília. Autor dos títulos *Tutela monitoria* (2. ed.), *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer* (2. ed.), *Coisa julgada e sua revisão*, *Curso avançado de processo civil*. Coordenador dos livros *Parcerias público-privadas: um enfoque multidisciplinar e Arbitragem e Poder Público*.

Este livro reúne alguns dos principais pareceres emitidos pelo autor nos últimos anos. São enfrentados temas de direito processual civil, processo constitucional, arbitragem e teoria geral do direito e do processo. Há ainda o exame de temas de direito material relevantes para a definição de questões processuais — bem como, em um dos pareceres, o emprego de categorias gerais do direito, mas usualmente estudadas no âmbito processual, para a solução de problemas de direito material.

Como destacado pelo autor na introdução ao livro, “o desenvolvimento de considerações teóricas à luz do caso concreto, para solucionar *questões concretas* — que é a função do parecer doutrinário — dá ensejo a enfoques e aprofundamentos muitas vezes ausentes (...) no estudo com caráter estritamente científico”.

Portanto, para o leitor, essa é uma excelente oportunidade de usufruir de uma produção doutrinária de qualidade, com um viés em parte diverso daquele usualmente encontrado nos textos acadêmicos e de grande utilidade prática.

SUMÁRIO DO LIVRO:

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

INVALIDIDADE DE SENTENÇA EMBASADA EM QUESTÃO NOVA, NÃO SUSCITADA NEM DEBATIDA PELAS PARTES. EFEITOS DE INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE VEICULOU NEGÓCIOS JURÍDICOS COLIGADOS

CAPÍTULO 2

CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO, DURAÇÃO E ESTABILIDADE DE MULTA PROCESSUAL COERCITIVA

CAPÍTULO 3

FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RELATIVOS A CAPÍTULO SENTENCIAL QUE VEICULA CONDENAÇÃO PARA O FUTURO

CAPÍTULO 4

A NATUREZA DO LITISCONSÓRCIO EM AÇÃO DEMARCATÓRIA E A EFICÁCIA DE PROCESSO E SENTENÇA DEMARCATÓRIOS EM FACE DE TERCEIROS ADQUIRENTES DE IMÓVEIS OBJETO DO LITÍGIO

CAPÍTULO 5

A CLASSIFICAÇÃO DOS VÍCIOS PROCESSUAIS E DAS MODALIDADES DE SUA NEUTRALIZAÇÃO – PRESSUPOSTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE VÍCIO PROCESSUAL “TRANSRESCISÓRIO” – REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À INCORPORAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS – LIMITES DO EFEITO DEVOLUTIVO EM RECURSO

CAPÍTULO 6

VIOLAÇÃO (SOB O TÍTULO DE “RELATIVIZAÇÃO”) DA COISA JULGADA QUE ACOBERTA CAPÍTULO SENTENCIAL ATINENTE À CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADESIVOS PARA COMBATER TAL OFENSA

CAPÍTULO 7

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: SEU CARÁTER DÚPLICE. CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO À EFICÁCIA PRECLUSIVA E À FUNÇÃO POSITIVA DA COISA JULGADA

CAPÍTULO 8

VALIDADE DE INTIMAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE BEM PENHORADO EM EXECUÇÃO FISCAL. VALIDADE DA AVALIAÇÃO. CONSEQUÊNCIAS DE HIPOTÉTICO RECONHECIMENTO DA INVALIDADE DE TAIS ATOS, EM FACE DE LEILÃO PÚBLICO JÁ REALIZADO

CAPÍTULO 9

CABIMENTO DE ARBITRAGEM ENVOLVENDO SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DEDICADA À DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

CAPÍTULO 10

- COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO PARA PROCESSAMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS PREPARATÓRIA DE FUTURA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO, O QUAL, EMBORA CONTIVESSE CLÁUSULA DE ARBITRAGEM, ENSEJOU ANTERIOR AÇÃO JUDICIAL, AINDA EM TRÂMITE

CAPÍTULO 11

DESEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. ADITIVOS CONTRATUAIS QUE NÃO A REEQUILIBRAM. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO OU PRESUNÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO AO REEQUILÍBRIO